



XXIV Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

3,4 e 5 de março de 2023 – São Paulo (SP)

Balanco de Gestão 2020-2022

A luta pela liberdade de expressão em tempos de crise sanitária e autoritarismo bolsonarista

Os últimos dois anos elevaram a crise brasileira a um patamar que nem os mais pessimistas poderiam imaginar. A combinação das crises política e econômica, que o país já vinha sofrendo pelo menos desde 2016, se encontrou com uma crise sanitária mundial de proporções bíblicas, que arrastou o Brasil – e o resto do mundo – para uma espiral de problemas humanitários e graves consequências socioeconômicas, materializadas por uma mortandade extrema, empobrecimento vertiginoso da população, aumento do desemprego, da fome, da desesperança e do sofrimento. É neste contexto que a atual gestão do FNDC, que encerra nesta Plenária Nacional, lidou com os temas da liberdade de expressão e do direito à comunicação no país.

Num cenário dessa complexidade, coube à entidade dar sequência às ações que vinham sendo pautadas desde o período anterior, apesar dos enormes impactos que a pandemia impôs ao ambiente organizativo, a começar pela necessidade de adiamento da 23ª Plenária Nacional do Fórum, que ocorreria em março de 2020, mas só foi realizada em outubro daquele ano, de forma 100% virtual, ainda em meio à quarentena e necessidade de isolamento social.

Os últimos dois anos expuseram de forma incontestada uma conjuntura que já vinha se desenhando desde o período anterior, e já diagnosticada pelo FNDC, no que se refere às questões de direito à comunicação. O governo Bolsonaro consolidou um processo de institucionalização da censura e violência contra comunicadores e imprensa de um modo geral. As violações à liberdade de expressão ocorrem de forma sistemática, e se tornaram uma política de Estado, que tem como alvo não apenas os segmentos que já eram alvos preferenciais, mas também setores da mídia hegemônica que até então estavam imunes aos ataques. Representantes do governo federal, e o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, vocalizam em várias ocasiões ataques diretos a jornalistas e a veículos de comunicação.

Além dos ataques aos meios de comunicação e aos comunicadores, há outros setores que passaram a ser alvo, como partidos políticos, políticos e movimentos populares; desmonte das políticas públicas de educação, perseguição aos professores e o cerco contra a ciência e a tecnologia. Também um ataque sem precedentes ao setor cultural, com o desmantelamento de políticas estruturantes do setor e perseguição a artistas. Um dos maiores flagelos deste governo se deu também no desmonte da Comunicação Pública, particularmente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), profundamente assolada pela censura e pelo uso indevido em favor do governo.



Assim como descrito no balanço anterior, essa clivagem de ataques à liberdade de expressão, concentradas sobretudo por parte do presidente da República, demandou da sociedade civil uma postura de denúncia e vigilância. Foi uma tentativa de reduzir o impacto ou neutralizar ataques que pudessem desestabilizar a própria institucionalidade democrática, como ficou patente ao longo desse período, a partir de arroubos autoritários do presidente.

Campanha Calar Jamais!

Reformulada em 2019 para dar conta de abarcar o novo cenário de violações, a campanha Calar Jamais! seguiu seu curso se posicionando a cada novo ataque à liberdade de expressão.

O principal instrumento dessa nova fase da campanha, que incluiu uma renovação da identidade visual, continuou sendo a produção e distribuição de cards temáticos com denúncias e manifestações públicas, mas buscou-se também inserir a campanha na agenda das entidades, como um guarda-chuva das lutas do Fórum e de suas entidades associadas.

Entre janeiro de 2019 e janeiro de 2022, foram registradas **119 denúncias**¹ diversas sobre violações à liberdade de expressão no Brasil, uma média de mais de três casos por mês. Esse número, evidentemente, não corresponde à realidade total desse problema no país. O quadro é apenas uma parte desse cenário, refletindo as denúncias que chegaram até a campanha neste período, muitas delas de grande repercussão pública.

Assim como no relatório anterior, publicado em 2017, os casos recebidos foram analisados e classificados em oito categorias: 1) Violação contra jornalistas, comunicadores e meios de comunicação; 2) Censura de manifestações artísticas; 3) Cerceamento a servidores públicos; 4) Repressão a protestos, manifestações, movimentos sociais e organizações políticas; 5) Repressão e censura em instituições de ensino; 6) Censura e ataques à liberdade de expressão de grupos oprimidos; 7) Desmonte da comunicação pública; 8) Desinformação contra a saúde pública; e 9) Outros casos de violações à liberdade de expressão.

As ocorrências registradas tiveram um comportamento crescente ao longo do período analisado, que corresponde a três anos completos e uma fração de um quarto ano.

2019 – 20 denúncias

2020 – 37 denúncias

2021 – 58 denúncias

2022 – 4 denúncias (apenas no mês de janeiro)

Isso pode indicar um agravamento da situação da liberdade de expressão no país no último período, com uma intensificação de episódios em meio à degradação do ambiente democrático.

¹ Os casos estão todos disponíveis na Página do FNDC no Facebook e podem ser acessados diretamente por meio do link: https://web.facebook.com/media/set/?set=a.2867626169946461&type=3&_rdc=1&_rdr



É preciso ressaltar, no entanto, que não foi possível dar conta de uma série de metas ao longo desse período, tais como a realização de atividades de relançamento da campanha nos estados e outras mobilizações, dada às restrições decorrentes da pandemia. Também não foi possível desenvolver materiais formativos e informativos sobre o direito à liberdade de expressão, como chegou a ser previsto, bem como articulação com outras entidades para ampliar o alcance e a repercussão da iniciativa, com realização cursos de formação, por exemplo, em torno das questões envolvendo liberdade de expressão. Essas tarefas ainda seguem como desafios importantes para o avanço da campanha, que terá a edição de um segundo relatório concluída ainda neste mandato. A defesa da liberdade de expressão continuará sendo uma das agendas unificadoras dos segmentos democráticos da sociedade civil, agregada com a agenda eleitoral em defesa do resgate da agenda de democratização da comunicação.

Pautas do movimento

Como a agenda de políticas públicas de comunicação se manteve bloqueada para avanços democráticos, o FNDC se mobilizou em favor de lutas que vinham sendo desenvolvidas em anos anteriores e que tiveram algum desdobramento recente.

No contexto dos chamados direitos digitais, que vem ganhando cada vez mais centralidade nas ações dos movimentos pela democratização da comunicação, o FNDC também acompanhou pautas legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Destaca-se, de forma especial, ao longo desse período, o debate travado em torno do Projeto de Lei 2630/2020 sobre Fake News, que chegou a ser aprovado no Senado Federal, no final do primeiro semestre de 2020, e seguiu em debate na Câmara dos Deputados. O Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados criado para analisar o texto do projeto de lei aprovou, no final de 2021, um substitutivo à proposta do Senado. A versão da proposta contou com ajustes importantes que foram construídos em diálogo com a sociedade civil, especialmente no que se refere a regras de maior transparência das plataformas de internet. O FNDC, organizado em torno da Coalizão Direitos na Rede, acompanhou esse processo desde o início, com participação de seus integrantes em inúmeros debates virtuais sobre o tema e na pressão legislativa por mudanças no texto, boa parte dessas mudanças acatadas durante a tramitação.

No dia 26/11, para contribuir com a compreensão em torno do PL, o FNDC promoveu uma live em suas redes sociais, reunindo especialistas no assunto, incluindo o próprio relator da proposta, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP).

Em abril de 2022, o plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, o pedido de tramitação de urgência para o Projeto de Lei 2630/2020, na versão do substitutivo elaborada pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP). A disputa foi apertada e terminou em 249 votos favoráveis, 207 contrários e uma abstenção. Como o regimento exige 257 apoios para esse tipo de proposta, o requerimento acabou rejeitado. A proposta acabou voltando para o Senado, com a perspectiva de um novo cronograma.

Outra luta que permaneceu central na atuação do FNDC ao longo dos últimos anos foi a defesa da Comunicação Pública, especialmente da EBC, como já mencionado. A empresa pública começou a sofrer um processo de desmonte ainda em 2016, no governo de Michel Temer, que destruiu os principais mecanismos de autonomia da empresa, e passou a controlar diretamente o conteúdo veiculado pelas emissoras.



Com Bolsonaro, além do controle e ampliação da censura, passaram a fazer parte do rol de iniciativas e tentativa de privatização ou desestatização total da EBC, que segue em curso como uma ameaça iminente. Houve também o fechamento da sede no Maranhão, mas a principal mudança estrutural recente se deu com a unificação da emissora estatal (NBR) com a pública (TV Brasil), dando um caráter ainda mais chapa-branca para uma programação que deveria se pautar pela diversidade cultural e pluralidade política. Entre 2019 e 2021, foram mais de 450 interrupções da programação da TV Brasil para a transmissão de eventos oficiais, muitos deles cortando ao vivo a programação do canal que deveria veicular apenas conteúdo não-governamental. O levantamento foi feito pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, articulação de entidades da sociedade civil e empregados da empresa, da qual o FNDC também faz parte.

Em contraposição a essas iniciativas autoritárias, o FNDC buscou se envolver em ações e campanhas de defesa da EBC. Em dezembro de 2020, por exemplo, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública lançou o primeiro relatório da Ouvidoria Cidadã da EBC. O objetivo do projeto é analisar conteúdos publicados e veiculados pela Empresa Brasil de Comunicação com o olhar dos princípios da comunicação pública, que deveriam orientar a produção da TV Brasil, das rádios Nacional e MEC, da Agência Brasil e da Radioagência Nacional, bem como os perfis desses veículos nas redes sociais. Desde então, análises sobre a cobertura têm sido publicadas pela Ouvidoria Cidadã.

Em março de 2021, o FNDC, por meio da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, subscreveu carta aberta à população contra a inclusão da EBC no programa de privatizações do governo federal, e chamando atenção para os efeitos negativos dessa medida para a própria sociedade. Em maio de 2021, no contexto da luta pela EBC, o FNDC promoveu um live temática sobre a importância e o papel da comunicação pública, transmitida pelo seu canal na plataforma Youtube.

Em outubro de 2021, o FNDC foi uma das entidades autoras de uma ação civil pública que visava impedir o processo de privatização ou extinção da EBC. A iniciativa também reuniu a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e os Sindicatos dos Jornalistas do DF, SP e Rio.

Em dezembro de 2021, o FNDC emitiu nota pública de apoio e solidariedade aos trabalhadores e às trabalhadoras EBC que fizeram uma greve histórica na empresa, que durou 19 dias. A paralisação foi motivada pela conduta recriminável da empresa, que desde 2020 não sinalizava para realização de uma efetiva negociação em torno do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Mas também tinha como pano de fundo justamente uma outra ameaça em curso contra a comunicação pública, que é o avançado processo de desestatização da EBC pelo governo Jair Bolsonaro, que pode significar, na prática, a sua extinção.

Já em 2022, o FNDC participou ativamente da construção da Assembleia Convergente de Comunicação do Fórum Social das Resistências (FSR) e do seminário “Reconstrói EBC e a Comunicação Pública”, este último realizado nos dias 8 e 9 de abril, remotamente, que resultou na elaboração de um caderno de propostas que será material de referência para a defesa da EBC e da comunicação pública e para o diálogo com as candidaturas no ano eleitoral.



Ainda no FSR, o FNDC realizou debate sobre Direito à Comunicação no Fórum Social das Resistências², em 19 de abril de 2022, o Fórum convidou Carolina Mansinho, advogada e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (JDL/ECA-USP), Juarez Tadeu de Paula Xavier, professor e coordenador do programa Educando para a Diversidade da Unesp de Bauru, e Renata Mielle, pesquisadora, coordenação nacional do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e membra da Coalizão Direitos na Rede, com o intuito de fomentar a discussão do papel da Comunicação na construção da Democracia. O bate-papo foi online e teve a mediação de Larissa Gould, secretária-geral do FNDC.

No contexto das eleições municipais de 2020, o FNDC manteve sua tradição, que vem de vários anos, em propor às diversas candidaturas uma carta-compromisso em defesa de uma comunicação democrática, documento que reúne propostas de políticas públicas para assegurar pluralidade e diversidade no sistema de mídia do país e dos territórios. Embora a área de regulação das comunicações seja prerrogativa da esfera federal, é na cidade, junto à população local, que a essência do debate do direito à informação e à comunicação se concretiza. O documento apresentado pelo FNDC (<http://www.fndc.org.br/noticias/eleicoes-2020-a-comunicacao-que-queremos-para-os-municipios-924957/>) se divide em dois eixos complementares. O primeiro é referente às políticas públicas a serem implementadas pelo Poder Executivo municipal, em diálogo com o Poder Legislativo e a sociedade civil em geral. O segundo apresenta propostas para uma comunicação institucional da Prefeitura para os cidadãos e cidadãs, pautada em princípios de transparência, eficiência e democracia.

Já nas eleições gerais de 2022, o Fórum teve ativa participação ao entregar à Coordenação da Campanha da Chapa Lula (PT)/Alckmin (PSB) e a representantes da Coligação Brasil da Esperança a “Carta-compromisso em defesa da Democracia e por uma Comunicação Democrática no Brasil”, dirigido às candidaturas presidenciais, o documento elencou medidas para ampliar o direito à comunicação no país, além de um balanço histórico dos retrocessos dos últimos anos, especialmente as violações à liberdade de expressão, capitaneadas pelo governo Jair Bolsonaro, e aponta propostas de alterações legislativas para atualizar o marco regulatório das comunicações no Brasil. A Carta-compromisso destacou ainda o apoio à tecnologia nacional e o fortalecimento do sistema público de comunicação e das rádios e TVs comunitárias, além da recuperação do caráter público da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que sofreu um forte desmonte no governo Bolsonaro, com uso abusivo de suas emissoras para promoção pessoal do presidente da República. (<http://fndc.org.br/download/carta-compromisso-em-defesa-da-democracia-e-por-uma-comunicacao-democratica-no-brasil-2022/documentos/922294/arquivo/632a2b6d2d633.pdf>)

Governo de Transição

Após a histórica vitória do agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Fórum seguiu com sua atuação institucional. Ainda em novembro de 2022, entregou junto a entidades e jornalistas uma Carta com a agenda por uma comunicação democrática no novo governo Lula, ao GT de Comunicações do Governo de Transição. O documento elencou medidas e sugeriu ações que o novo governo poderá tomar para combater o "vazio regulatório" e a concentração da mídia.

² Disponível em <https://youtu.be/i0C9MjKdZtE>



(<http://www.fndc.org.br/noticias/entidades-e-jornalistas-apresentam-agenda-por-uma-comunicacao-democratica-no-novo-governo-lula-924990/>). O FNDC ainda esteve no GT, por meio da representação de sua coordenadora-geral Beth Costa, que integrou o governo de transição.

Mobilização e realização de atividades

Por conta da pandemia de covid-19 que assolou o país e o mundo, desde 2020 e com repercussões que se estendem ainda em 2022, não foi possível realizar atividades presenciais pelo FNDC. Diante de um cenário geral de desmobilização, a entidade optou por organizar, como ficou marcante durante esse período, debates virtuais no formato lives (transmitidas pelas redes sociais da entidade, como Facebook e Youtube), discutindo temas centrais sobre democratização da comunicação. Em 21 de agosto, por exemplo, foi realizada uma live especial de comemoração dos 30 anos de fundação do FNDC, reunindo ex-coordenadores/as da entidade e discutindo os principais desafios e debates enfrentados ao longo dessas três décadas. Em 25 de agosto de 2021, também no contexto das celebrações dos 30 anos de fundação do Fórum, foi realizada uma live sobre as origens históricas do FNDC e da luta da sociedade civil brasileira pela democratização da comunicação.

No dia 6 de outubro de 2021, o FNDC realizou uma nova live, desta vez sobre o tema da regulação das comunicações, que andava adormecido, mas acabou voltando à tona no debate público após declarações do ex-presidente Lula, de que, se voltasse ao governo, pautaria o assunto. A regulação das comunicações existe no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Portanto, a questão não é regular ou não regular, mas sim que tipo de regulação deve ser adotada pelos países. No caso do Brasil, a regulação nunca favoreceu a criação de um ambiente plural e diverso no setor de radiodifusão, principalmente. A live reuniu especialistas no tema para desmistificar a ideia de que regular é censurar e debater que políticas públicas seriam mais favoráveis à ampliação da liberdade de expressão e diversidade de ideias.

No dia 16 de fevereiro de 2022, o FNDC, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (SJSP) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) promoveram um ato-plenária virtual com jornalistas para debater e defender a liberdade de Julian Assange, preso desde 2019 no Reino Unido e que pode ter sua extraditação para os Estados Unidos decretada por autoridades do Reino Unido. A atividade, assim as outras, foi transmitida pelas redes sociais.

No dia 19 de abril de 2022, o FNDC realizou um debate sobre o Direito à Comunicação, como parte das atividades do Fórum Social das Residências. O intuito da atividade foi fomentar a discussão do papel da Comunicação na construção da Democracia.

Atuação institucional

O último período também marcou a presença do FNDC em espaços de articulação institucional, sendo o principal deles o mandato assumido no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que começou em dezembro de 2018 e foi renovado em 2020. O espaço reveste-se de importância estratégica da luta setorial do



movimento uma vez posiciona o direito à comunicação como agenda de visibilidade na luta em torno dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, cria um ambiente de diálogo e intersecção com diversas outras organizações da sociedade civil.

A presença do FNDC neste espaço, em que pôde contribuir com o enfrentamento dos retrocessos impostos pelo atual governo, inclusive a tentativa de eliminar a participação social por meio de conselhos e colegiados, também foi importante para dar centralidade à defesa da própria democracia, uma vez que o direito à comunicação dialoga diretamente com as liberdades política, de pensamento e de expressão, alvos de severos ataques ao longo do último ano.

O FNDC também buscou contribuir com ações relacionadas à liberdade de expressão na internet e direitos digitais no âmbito da Coalizão Direitos na Rede, integrada por diversas entidades com atuação no tema. Considerando a avaliação de que o Fórum ainda precisa se engajar mais fortemente na agenda de políticas públicas para a internet, é importante ressaltar a necessidade de mais aproximação institucional e que o FNDC possa liderar, entre suas entidades associadas, um processo de formação e atuação em torno do tema. Este é um desafio que segue vigente na atual conjuntura.

Formação

Após mapeamento realizado junto aos Comitês e Entidades, o FNDC realizou nesta gestão oficinas e formações. As atividades formativas ajudaram na atuação institucional do Fórum e suas entidades. Em 2022 foi realizado o curso COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS - dividido em 3 módulos: Democratização da comunicação: o que é concentração da comunicação e os riscos à democracia no Brasil, com Andre Pasti, integrante do Intervezes; Comunicação pública e a EBC: contribuições para o direito à comunicação, com Akemi Nitahara, pesquisadora e trabalhadora da Agência Brasil; e Monopólios digitais e o direito à comunicação em xeque, com Renata Mielli, pesquisadora e membra do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Conselho Nacional de Direitos Humanos

O FNDC é reconduzido à titularidade do CNDH para o mandato 2022-2024 pela terceira vez. A União Brasileira de Mulheres (UBM), que faz parte do Conselho Deliberativo do FNDC, ficou na suplência. O FNDC será representado pelo seu secretário de Finanças, Admirson Ferro Jr. (Greg), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – uma das entidades que compõem sua Coordenação Executiva.

Panorama organizativo e de finanças

Os dois últimos anos continuaram sendo extremamente desafiadores para o FNDC, mantendo o cenário anterior. Vale dizer que o processo de fechamento democrático, agravado pela pandemia, continuou repercutindo muito negativamente sobre os processos organizativos e financeiros da entidade. O encerramento de projetos que, até meados da década, sustentavam a agenda propositiva de políticas de comunicação, acabou reduzindo de forma bastante significativa a capacidade de atuação do Fórum por causa de limitações de recursos financeiros.



O processo de reestruturação institucional da entidade, levado à cabo a partir de 2018, com redução de equipe e de despesas, impactou sobre a capacidade de luta, mas foi fundamental, ao mesmo tempo, para permitir que a entidade não entrasse em colapso, o que poderia resultar em uma total paralisia. Frente todas as dificuldades, o FNDC vem resistindo e conseguindo impulsionar minimamente sua agenda setorial.

Mais recentemente, por conta da elaboração do relatório da campanha Calar Jamais!, foi possível captar novos recursos, mas o quadro de limitações orçamentárias segue muito preocupante.

O passo que ainda precisa ser dado para que a entidade consiga se estabilizar melhor, do ponto de vista financeiro e administrativo, passa também pelo fortalecimento de seu processo organizativo. Composto por centenas de entidades formalmente associadas, o FNDC conta com pouquíssimas dessas organizações efetivamente construindo a entidade. É preciso centrar esforços na direção de ampliar o engajamento de um número maior de entidades envolvidas, que podem e devem assumir maiores responsabilidades. Também é fundamental buscar um processo de reativação dos Comitês, cujo trabalho vêm perdendo fôlego ao longo dos últimos anos, como reflexo do próprio descenso das lutas sociais.

Neste sentido, é importante ressaltar os esforços para a atualização cadastral e diagnóstico das entidades ativas. Em 2021, a executiva realizou, por meio de formulário, o mapeamento dos interesses e situação dos Comitês regionais e entidades. Com base neste estudo, o Fórum realizou ao longo dos últimos 2 anos uma série de formações.

Este trabalho pode ser melhor empreendido ao longo deste próximo período com a retomada das atividades presenciais depois das medidas de isolamento social.

Como o Fórum é uma articulação de entidades, que nas suas áreas de atuação estão também sendo bombardeadas pelo governo, houve uma redução importante na disponibilidade dos integrantes da Executiva na execução das tarefas do FNDC. Esse cenário acabou resultando numa participação assimétrica dos membros do corpo diretivo, trazendo dificuldades inclusive para o debate político.

A atuação do Conselho Deliberativo também ficou a desejar ao longo dessa última gestão, com baixa adesão de quórum e dificuldade de envolvimento de seus integrantes em tarefas mais concretas. Também não foi possível manter uma maior periodicidade para a reunião do CD, que acabou contribuindo também para este papel mais reduzido na última gestão.

Do ponto de vista das finanças, segue sendo nosso desafio conseguir um mecanismo mais eficiente para garantir que as entidades nacionais e regionais filiadas fiquem em dia com suas contribuições. Esse é um desafio de grande envergadura e determinante para manter o Fórum e dotá-lo de capacidade de atuação política.